

O papel do intercambista em redes de internacionalização do ensino superior

-----  
*The role of the exchange student in networks of internationalization of higher education*

-----  
*El papel del intercambiador en redes de internacionalización de la enseñanza superior*

Antônio Dimas Cardoso<sup>1</sup>  
Maria João Alves Ribeiro<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente ensaio, de caráter descritivo, tem como objetivo discutir sobre a potencialidade das redes de internacionalização do Ensino Superior na construção de relações internacionais mais solidárias e democráticas. Para isso, recorre à figura do intercambista, como elo de ligação entre instituições acadêmicas estrangeiras. Metodologicamente, buscou identificar-se fontes primárias e secundárias que tratam da temática da internacionalização do Ensino Superior, com enfoque no intercâmbio. Como fontes primárias, recorre-se à experiência do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), em Minas Gerais (MG), reconhecido por investir nos intercâmbios internacionais. Como fontes secundárias, o trabalho problematiza a figura do intercambista a partir do conceito de estrangeiro de Georg Simmel e contextualiza a discussão buscando apoio nas análises de Larissa Lomnitz, Oskar Negt, Sousa Santos e Vivianne Châtel. Percebe-se que, o intercambista transforma redes de internacionalização universitária em redes solidárias ao dar-lhes continuidade por vias informais, pela valorização da troca cultural e intelectual. Para melhor compreensão do fenômeno, a discussão pretende ser o ponto de partida para um estudo de caso mais específico sobre o processo de cooperação universitária.

**Palavras-Chave:** *Ensino Superior. Internacionalização da educação. Rede. Intercâmbio. Solidariedade.*

**Abstract:** *The purpose of this descriptive essay is to discuss the potential of internationalization networks of higher education in the construction of more solidary and democratic international relations. For this, it uses the figure of the exchange student as a link between foreign academic institutions. Methodologically, it sought to identify primary and secondary sources that deal with the topic of internationalization of Higher Education, with a focus on interchange. As primary sources, it is used the experience of the Graduate Program in Social Development (PPGDS), of the State University of Montes Claros (UNIMONTES), in Minas Gerais (MG), recognized for investing in international exchanges. As secondary sources, the work problematizes the figure of the exchange student from the concept of foreigner of Georg Simmel and contextualizes the discussion seeking support in the analyzes of Larissa Lomnitz, Oskar Negt, Sousa Santos and Vivianne Châtel. It is perceived that the exchange student transforms networks of university internationalization into solidarity networks by giving them continuity through informal ways, through the valorization of cultural and intellectual exchange. To better understand the phenomenon, the discussion aims to be the starting point for a more specific case study on the process of university cooperation.*

**Keywords:** *Internationalization of education. Higher education. Exchange. Network. Solidarity.*

---

1 Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTE).

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

**Resumen:** *El presente ensayo, de carácter descriptivo, tiene como objetivo discutir sobre la potencialidad de las redes de internacionalización de la Enseñanza Superior en la construcción de relaciones internacionales más solidarias y democráticas. Para ello, recurre a la figura del intercambista, como vínculo entre instituciones académicas extranjeras. Metodológicamente, buscó identificarse fuentes primarias y secundarias que tratan de la temática de la internacionalización de la Enseñanza Superior, con enfoque en el intercambio. Como fuentes primarias, se recurre a la experiencia del Programa de Postgrado en Desarrollo Social (PPGDS), de la Universidad Estatal de Montes Claros (UNIMONTES), en Minas Gerais (MG), reconocido por invertir en los intercambios internacionales. Como fuentes secundarias, el trabajo problematiza la figura del intercambiador a partir del concepto de extranjero de Georg Simmel y contextualiza la discusión buscando apoyo en los análisis de Larissa Lomnitz, Oskar Negt, Sousa Santos y Vivianne Châtel. Se percibe que el intercambista transforma redes de internacionalización universitaria en redes solidarias al darles continuidad por vías informales, por la valorización del intercambio cultural e intelectual. Para una mejor comprensión del fenómeno, la discusión pretende ser el punto de partida para un estudio de caso más específico sobre el proceso de cooperación universitaria.*

**Palabras clave:** *Internacionalización de la educación. Enseñanza superior. Red. Exchange. Solidaridad.*

## INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo discutir, num contexto de globalização fortemente marcado por políticas neoliberais, a potencialidade das redes de internacionalização do Ensino Superior para a construção de relações internacionais mais solidárias e democráticas. Para isso, faz uso da categoria do intercambista, que entendemos sintetizar no que Simmel (2004, p. 133) conceitua na figura do estrangeiro “a unidade da proximidade e da distância”, de envolvimento e de indiferença, numa forma singular de interação e mobilidade. As redes internacionais de cooperação expressam novas estruturas e processos de conhecimento que estão a desenvolver-se rapidamente com a globalização, sendo o intercambista um elo das experiências de formação educacional no exterior.

Dessa forma, como acontece a construção de redes solidárias internacionais no campo acadêmico? De que forma e por que as redes de cooperação podem ser definidas como redes solidárias? Percebemos que as formas de cooperação produzem efeitos nos processos de internacionalização. Dessa forma e, especificamente, o campo acadêmico, pode ser beneficiado, seja pela partilha de diferentes modos de fazer e pontos de vista distintos, seja pelo enriquecimento pessoal da experiência, aproximando mundos culturalmente distantes. Será, portanto, o intercambista um instrumento essencial e força mobilizadora na construção de relações mais próximas, cooperativas e recíprocas entre países e instituições acadêmicas?

Apesar dos contingenciamentos de recursos, seja de Organismos Estadais e/ou de Organiza-

ções Não-Governamentais, o que se deteta na atualidade é o incremento do intercâmbio entre instituições universitárias e a intensificação de experiências pessoais e saberes. Tal ocorre não somente no plano acadêmico stricto sensu mas, sobretudo, no âmbito das relações informais e voluntárias, entre sujeitos e comunidades. Embora o ponto de partida seja o aparato institucional, é evidente o processo de construção de uma cultura interdisciplinar de práticas de solidariedade entre os sujeitos envolvidos em práticas de intercâmbio, que pode ser detectado em programas universitários de internacionalização do Ensino Superior. Em geral, são iniciativas fomentadas por grupos de investigadores ou de centros acadêmicos que lançam mão da institucionalização corporativa para a busca de formação profissional e experimentações sociais.

Nesse sentido, as redes expressam um conjunto de recursos coletivos orientados para o desenvolvimento de condições instrumentais, metodologias e instrumentos de partilha entre as instituições participantes e de articulação com outras instituições, redes e iniciativas que visem as mesmas finalidades, nos planos nacional e internacional. Transformações na ação coletiva estão em curso, por exemplo na cooperação Europa-América Latina, sobretudo em ações de intercâmbio universitário. Ocorre que, signatários da formação de redes de cooperação, têm por premissa privilegiar a receção da cooperação institucional entre centros acadêmicos, no plano local e através dos diferentes níveis e atores intervenientes, catalisados em ações e atitudes dos intercambistas, no cotidiano de suas intervenções e investigações.

## 2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: BREVE ENQUADRAMENTO

A internacionalização do ensino superior é um processo que se tem vindo a constituir desde 1945, com maior ênfase a partir de 1998, como um dos principais assuntos das universidades. Tal processo relaciona-se à qualidade do ensino, às inovações tecnológicas e científicas, à troca de saberes e à troca de experiências culturais.

A sua relevância relaciona-se, também, ao espaço em que esse processo atua. É no âmbito acadêmico que se constrói o conhecimento, que se desenvolvem valores como a solidariedade e a ética, voltado para a produção de mecanismos que visam atender tanto as necessidades sociais da realidade em questão como promover a paz e o diálogo entre os povos, no sentido de tornar possível a convivência e a integração das diversidades.

Enfrentando diferentes desafios, a internacionalização da educação superior tem tentado tornar a educação superior mais ajustável às constantes mudanças da dinâmica social. Um mundo cada vez mais conectado e integrado entre os diferentes países tem sido construído, impulsionando uma mudança de práticas e de conhecimentos que se estabelecem nestas relações.

A UNESCO, em suas Conferências Mundiais de Educação, traçou objetivos e metas para o processo de internacionalização da educação, defendendo esta dinâmica como ferramenta essencial ao desenvolvimento dos países. Foi na Conferência Mundial de Ensino Superior (CMES) de 1998, realizada em Paris, que a expansão ocorreu de forma mais significativa. Mais do que uma opção, o alargamento da dimensão internacional da educação superior, foi posta como uma responsabilidade das instituições com os programas de educação (UNESCO, 1998). A Conferência trouxe como base deste processo a solidariedade, o respeito mútuo, a promoção de valores humanistas e o diálogo intercultural.

Para além das iniciativas previstas pela UNESCO, o processo de internacionalização do ensino foi significativamente difundido através da política e da economia. Os pactos entre blocos econômicos salientam a importância de um espaço para a livre circulação da educação e de suas atividades. Ao buscar um modelo econômico equivalente, surgiu a necessidade de procura por padrões de educação também equivalentes, fomentando ainda mais a internacionalização da educação (CASTRO; NETO, 2012).

Neste viés, Santos e Filho (2012) pontuam que a internacionalização do ensino busca responder aos desafios sociais existentes, afirmando que esse processo transforma-se em missão da universidade quando é capaz de se mobilizar, de forma intencional e consciente, para atingir os seguintes objetivos:

- reforçar projetos conjuntos e integradores;
- dar maior dimensão às suas atividades de formação, de pesquisa e de inovação;
- conduzir uma agenda própria de diplomacia cultural universitária;
- contribuir para a consolidação de Espaços Integrados do Conhecimento (SANTOS; FILHO, 2012, p. 145).

Na Conferência Mundial de Educação de 2009 realizada pela UNESCO em Paris, os princípios de solidariedade e respeito mútuo são destacados como pressupostos essenciais à cooperação internacional na educação superior. Além disso, a busca pela promoção da paz, os valores humanísticos e o diálogo intercultural foram elencados como objetivos a serem alcançados nestes processos internacionais (UNESCO, 2009). De acordo com o estabelecido na Conferência, as

*Instituições de educação superior ao redor do mundo têm uma responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento, por meio da crescente transferência de conhecimentos cruzando fronteiras, especialmente nos países subdesenvolvidos (...)*  
(UNESCO, 2009, p. 4).

Assim, num cenário de inegável crise mundial, atribuiu-se às redes internacionais de universidades a função de contribuir para reforçar o entendimento mútuo e a cultura de paz entre os países, a partir da mobilidade acadêmica que ocorrem nestes processos.

Até aos dias de hoje, o processo de internacionalização do Ensino Superior passou por mudanças e evoluções. Mesmo não possuindo a mesma importância em todas as regiões do mundo, a mobilidade acadêmica tem crescido nos países do sul global, incluindo o Brasil. Exemplo disso é o Programa 'Ciência sem Fronteiras' (CsF) instituído em 2011, que através do intercâmbio científico internacional de estudantes, pesquisadores e docentes, buscava promover a internacionalização do ensino superior brasileiro e, em consequência, beneficiar com a formação de um quadro docen-

te qualificado, capaz de promover a melhoria da qualidade do ensino superior do país e, acima de tudo, a independência na produção de conhecimento (SCHWARTZMAN, 2001).

Após cinco anos de funcionamento, este programa criou controvérsias dentro e fora da comunidade científica pela forma como estava estruturado, por suas metas arriscadas e pela forma como se implantou e se desenvolveu.

Contudo, o programa projetou o campo acadêmico brasileiro para um nível internacional. A oportunidade criada para o possível contato entre pesquisadores nacionais e estrangeiros, ainda que inicialmente de cunho formal, possibilitou futuras relações informais, contatos permanentes entre investigadores, criação de grupos de investigação, trocas constantes de experiências entre o Brasil e outros países. Mostrou ao mundo a potencialidade das investigações realizadas em território nacional, despertando interesse a estudantes, pesquisadores e professores estrangeiros em realizarem pesquisas integrais ou comparadas com o contexto brasileiro e latino-americano.

Hoje, no âmbito da cooperação internacional do Ministério da Educação Brasileiro, a Fundação CAPES continua como principal responsável em promover as atividades da pós-graduação brasileira no contexto mundial, procurando, ainda que com crescidas dificuldades de financiamento dado o contexto político e econômico nacional, dar suporte aos seus grupos de pesquisa, no caminho da excelência da pós-graduação, colocando o intercâmbio internacional como principal instrumento. Ao estabelecer acordos bilaterais, ou seja, acordos que promovem a pesquisa entre grupos brasileiros e estrangeiros, a CAPES promove o intercâmbio de professores e alunos, no quadro de missões de trabalho e bolsas de estudo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Guiados por experiências internacionais de sucesso, tais como o programa ERASMUS da União Europeia, a promoção do ensino superior brasileiro a nível internacional visa alcançar metas como o desenvolvimento intercultural e pessoal dos seus investigadores, quer seja pela experiência profissional e troca de conhecimentos, quer seja pelo contato com novas culturas, línguas e modos de vida.

### 3 AS REDES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COMO REDES SOLIDÁRIAS

A internacionalização, como efeito da globalização, manifesta-se de forma mais perceptível,

por tocar pessoas e relações no seu cotidiano. É um termo que pretende caracterizar várias iniciativas que se desenrolam no âmbito do Ensino Superior numa dimensão de 'além-fronteiras'. Aquela que se vem manifestando de forma mais expressiva é a mobilidade estudantil que ocorre, majoritariamente, pelo intercâmbio de estudantes, seja entre instituições universitárias nacionais ou internacionais, mas também a mobilidade de pesquisadores e professores.

Nas sociedades contemporâneas, redes de solidariedade multidisciplinares continuam a emergir com a capacidade de potencializar a cultura da cooperação entre os diversos agentes envolvidos, a partir do princípio de corresponsabilidade frente à ordem global. Mas, sob que ponto de vista, é possível olhar essas redes? O que elas apresentam sobre um mundo aparentemente formado por muitos 'mundos' individuais?

Assim, na tentativa de trazer uma reflexão mais profunda e interpretativa sobre as relações humanas, base dessas "redes de solidariedade", Larissa Lomnitz (2009), em seus estudos sobre redes sociais, passa do campo do individual para o coletivo, descobrindo, revelando e fazendo pensar sobre as teias de relações que se vão tecendo na sociedade, em diferentes contextos e sob diferentes dinâmicas. A autora define, assim, rede social como

*um campo de relações entre indivíduos que pode ser definido por uma variável predeterminada e se referir a qualquer aspecto de uma relação. Uma rede social não é um grupo bem-definido e limitado, senão uma abstração científica que se usa para facilitar a descrição de um conjunto de relações complexas em um espaço social dado (LOMNITZ, 2009, p. 18).*

Segundo a antropóloga mexicana, as redes sociais são, assim, fruto das concepções subjetivas e da visão de mundo do próprio pesquisador. Lomnitz (2009), nos seus estudos sobre comunidades populares, esclarece que a construção dessas redes é feita sob um sistema de reciprocidade em que predominam os vínculos horizontais enquanto estratégia de "se pôr em contacto", na fuga ao isolamento social.

*Cada pessoa é o centro de uma rede de solidariedade e, ao mesmo tempo, é parte de outras redes. A solidariedade implica*

*em um sistema de intercâmbio de bens, serviços e informação que ocorre dentro da sociabilidade. Esse intercâmbio pode ser horizontal, quando a troca se dá entre iguais, mediante um sistema de reciprocidade, ou pode ser vertical, quando há uma assimetria de recursos. Cada indivíduo conta com um stock de relações reais ou potenciais, herdadas ou adquiridas, ordenadas como mapa mental cognitivo, de acordo com o que o indivíduo ou a cultura define como distância social ou confiança (LOMNITZ, 2009, p. 19).*

A rede social constitui-se como fonte geradora de sentimentos e atitudes solidárias ao surgir como um campo em que um conjunto de sujeitos desenvolve relações diversas. Sendo fundada na união de sujeitos que socializam emoções, a rede permite também a criação de um sentimento de pertença social e cultural a uma nova comunidade, seja ela física ou virtual, permanente ou temporária. Por exemplo, Negt (2002) reflete sobre a cidade enquanto um espaço de convivência, um lugar de encontro entre pessoas que possibilita o surgimento de sentimentos e atitudes recíprocas entre elas.

*É na cidade, na polis de Platão e Aristóteles que se desenvolve a cultura e o contato com o estranho, um contato aceito e tolerado com o que vem de fora. A hospitalidade é um direito central nessas cidades originárias. Kant viu na hospitalidade até um princípio transcendental, isto é, um princípio anterior a qualquer experiência (NEGT, 2002, p. 22).*

No contexto das políticas neoliberais, assiste-se a novas configurações nas relações interpessoais que reivindicam novos esforços institucionais, nacionais e internacionais. Surgem comunidades globais, regionalizações, pactos entre regiões e alargam-se redes de cooperação internacional por meio de acordos entre diversos países e em inúmeras áreas de atuação. Em condições de modernidade, será possível encontrar e resgatar relações solidárias no seio das referidas redes de cooperação internacional?

“Estamos num mundo que se encontra num intenso movimento de procura”, diz Negt (2002, p. 20), mesmo tendo em conta o atual con-

texto social. Independentemente da forma e dos motivos pelos quais os humanos se põem em relação diariamente e apesar de todos os obstáculos, para o autor, redes sociais continuam a criar-se e novas formas de pôr em contacto pessoas distantes continuam a surgir.

Na verdade, o conhecimento ganha um papel central na sociedade moderna e as instituições de Ensino Superior reclamam visibilidade no processo reflexivo e criativo de propostas a novos modelos de desenvolvimento. Foi, então, no movimento humano, aliado à generosidade e à sintonia natural entre indivíduos que a modernidade e as suas instituições encontraram caminho.

Um exemplo disso é o que Boaventura de Sousa Santos (2004) refere como “globalização alternativa” na área da Universidade. Este termo surge da necessidade de delinear novos caminhos criativos para a internacionalização da educação. Apesar de acontecer no quadro dos acordos internacionais segue princípios de benefício mútuo e coloca-se fora dos regimes comerciais. Apresenta-se como um tipo de globalização solidária, capaz de reorganizar “interdependências globais” através de uma rede suficientemente forte e “mais eficaz na luta contra a globalização neoliberal da Universidade” (SANTOS, 2004, p.85).

Nestes termos, o conceito de solidariedade é entendido como “um chamado à superação, exclusão e segmentação sociais” que demonstra a necessidade de interdependência na vida social, a aceitação das diferenças, a identificação com o outro e no envolvimento moral e emocional com os interesses e problemas respeitantes ao grupo ou comunidade em que se está inserido (ASSMANN; SUNG, 2003, p.47). É, assim, uma atitude que se desenvolve no reconhecimento ontológico, de forma recíproca, afetiva e empática.

Para o desenvolvimento dessa rede referida por Santos (2004), três princípios devem ser respeitados: “densificar, democratizar, qualificar” (2004, p. 72). Dessa forma, a presença do intercambista, num contexto de mobilidade estudantil, torna-se a representação viva da construção e mobilização daquela que é chamada por Santos e Filho (2012), a par com o ensino, a pesquisa e a extensão, como a quarta missão da universidade: a internacionalização. Esta é “uma manifestação e um vector da autonomia, já que, por um lado, não existiria sem ela e, por outro, a reformula, a concretiza e a impõe” (SANTOS; FILHO, 2012, p. 59).

No entanto, a experiência social não se organiza apenas segundo um modelo estrutural/sistêmico, mas também conforme repertórios de situações que têm sua gramática cotidiana, seu espaço cognitivo de restrições, mediações e disseminações de valores, numa relação de proximidade e distância, na construção de laços sociais.

Missão sugere envolvimento. Missão e cooperação propõem ainda mais. Horizontalidade, participação e democracia. Cooperação solidária remete ao compartilhamento de experiências num intercâmbio aceso de práticas assentes no vínculo com um outro. Para Almeida e Santos (2012), é a “capacidade para definir e para concretizar uma agenda autónoma de diplomacia cultural universitária” que confere o carácter de nova missão à universidade (SANTOS; FILHO, 2012, p. 58).

A cooperação internacional é constituída por pessoas e pelos relacionamentos que se vão criando e solidificando ao longo do tempo, por meio de experiências de troca. Essas experiências solidificam a rede quanto mais baseadas em valores de solidariedade, reciprocidade e valorização cultural. Dessa forma, a cooperação internacional, independentemente do nível e da área em que se desenvolve, não é um processo estático e bem definido. É, por outro lado, um movimento em permanente construção dependente do sujeito enquanto mediador de relações entre partes. Neste contexto, o intercambista, como elo primário dessas relações, ganha centralidade nas atuais estratégias de cooperação internacional, por ser o agente intermediário da mobilidade socioespacial, “numa relação equilibrada entre intimidade e distância” (NEGT, 2002, p. 21).

#### 4 O INTERCAMBISTA: ROSTO DO DIÁLOGO INTERNACIONAL SOLIDÁRIO

O intercâmbio coloca num mesmo espaço e território não apenas diversos indivíduos mas, acima de tudo, diferentes valores, identidades, desejos, visões de mundo que esses sujeitos carregam consigo. Essa partilha comum de espaço, que se vem abrindo cada vez mais no processo de globalização, exige mais do que um uso compartilhado de lugar mas, principalmente, a abertura das comunidades e dos seus membros à convivência e ao acolhimento do novo e do diferente. Essa dinâ-

mica pode desencadear o processo de construção de redes de solidariedade.

*Durante toda a república romana predominou o *ager publicus*, isto é, o domínio territorial comunitário, e os Gracos sempre lutaram pela conservação de um pedaço desse terreno comunitário. Depois vem o *ager privatus* – a privatização. Gostaria de lembrar também a origem do termo “privado”, que é derivado do verbo *privare*, que significa roubar. Roubar de quem? Originalmente se rouba da comunidade suspendendo o seu direito. Na origem não está o privado e sim o comunitário. Permitam também que eu faça uma alusão à origem grega da palavra “privado”: em grego, o termo *idiótes* nada mais é, originalmente, do que a pessoa particular. Tanto os gregos quanto os romanos vêem na comunidade o fato primário que passa a ensinar também direitos e deveres (NEGT, 2002, p. 23).*

No caso em estudo, pode-se entender o intercambista como um estrangeiro – “um estranho”, no sentido clássico compreendido por Georg Simmel (2004):

*A unidade da proximidade e da distância, presente em toda a relação humana, organiza-se na figura do estrangeiro (...). Na relação com ele, a distância significa que o estrangeiro está próximo, mas esta mesma alteridade significa que ele, que também está longe, está de facto próximo. Uma forma particular de interação (SIMMEL, 2004, p. 133-134).*

Simmel recorre à dialética entre “mover” e “fixar-se” na tentativa de conseguir localizar o estrangeiro, e mais, de perceber a sua função na ordem social. Ele constitui-se como elemento de ligação entre essas duas extremidades de um fluxo social, que no contexto de internacionalização do ensino superior passou a ser denominada de mobilidade, e que é capaz de unir duas realidades distintas, conectando seres humanos num espaço mundial (SIMMEL, 2004).

Contudo, o estrangeiro caracteriza-se por uma “relação ambígua entre insensibilidade e envolvimento” (Simmel, 2004, p. 267). Como fala a música Cidadão da Terra, da banda “Os Mutantes”

*Não sou daqui nem sou de lá, eu sou de qualquer lugar  
Meu passaporte é espacial, sou cidadão da terra  
E a minha vida é toda verdade e eu não tenho mais idade  
E o meu passado é o meu futuro,  
E o meu tempo é o infinito  
A minha língua é o pensamento, só falo com o olhar  
Minha fronteira é o coração de todos meus irmãos.*

Num mesmo espaço ou num espaço próximo, a troca de algo, como um produto, uma ideia, um projeto, não exige um mediador dessa troca, um “intermediário”. Contudo, o “estrangeiro” é aquele que, não sendo independente da sua atividade, é caracterizado socialmente por ela, ao ponto de não ser identificado com nada mais.

Apesar da sua atitude de abertura a um novo contexto, ele é, assim, visto como um passageiro, um forasteiro, um “sem lugar”, um “estranho”, um não “proprietário do solo” (SIMMEL, 2004, p. 266). A sua posição social passa a depender também, e fundamentalmente, da sua relação com o espaço, e mais, com a sua atividade social. Ao ter consciência da forma como é olhado pelo grupo social, este contraria-o com uma “atitude particular ‘objetiva’”, procurando reconhecer-se como um caso especial dessa relação de troca, que encontra lugar a partir da singularidade do “ser pessoa”. Portanto, apesar de não ser ‘daqui’ nem ‘de lá’, momentos que o conectam com o lugar de chegada e com pessoas do lugar, onde ele encontra uma atitude de reciprocidade e identificação humana, faz emergir sentimentos de pertença e de apropriação do espaço.

O contato desse estrangeiro intercambista com o meio de chegada, onde se depara com uma nova realidade, desencadeia ações imediatas no plano das relações, quer seja por uma necessidade instrumental ou utilitarista, de busca do outro com a finalidade de ajuda para adaptação ao novo meio, quer seja por uma necessidade de interação social, inerente ao próprio ser humano. Este não é um ser isolado. Ele constitui-se “ser” na medida em que se relaciona com um outro semelhante, com o qual estabelece contato e constrói laços de intimidade e confiança. É nessa necessidade que se configura em busca por integração e cooperação, que emergem experiências de solidariedade. Um “estudante aberto ao internacional” deverá

*não apenas ser multilingue, conhecer as diversas culturas que existem nas várias economias, realizar estadias no estrangeiro, mas, mais ainda, revelar disposição de alma, espírito de tolerância, respeito pela diferença, a par de demonstrar um conhecimento concreto dos valores e da cultura do Outro (SANTOS; FILHO; 2012, p. 146).*

Para além da experiência de intercâmbio a um nível individual, o intercambista é o elo entre instituições e países e o responsável por fortalecer esses laços de cooperação entre comunidades científicas, ao integrar-se em redes de pesquisa internacionais, partilhando e buscando novas técnicas de pesquisa e conhecimentos. É, portanto, o intermediário nesse fluxo de mobilidade.

A internacionalização do Ensino Superior torna-se, assim, uma porta de possibilidades para o diálogo com outras realidades. É, também, o símbolo de aceitação de países, instituições, organizações e das pessoas que lhes dão rosto e lhes conferem um caráter humano, do “pôr-se em contato”. Mesmo conscientes dos riscos e surpresas, das exigências e desafios a que clamam as verdadeiras relações dialogais, horizontais e democráticas, implicadas numa parceria de cooperação a nível internacional, é esse o movimento capaz de unir diversos “mundos individuais”. – e que traz novas oportunidades.

Nesse sentido, a importância da “presença” do “outro” para a vida de qualquer indivíduo dá um novo significado à ideia de globalização. Para Simmel (1977), essa é entendida não só numa perspectiva de troca de ideias, mas sim de permanente interação entre as inúmeras partes que constituem a sociedade. De acordo com essa visão, a sociedade é o fruto dessas relações sociais e, portanto, aberta e constantemente em mudança, na qual as diferentes situações espaciais explicam o sentido da pluralidade de acontecimentos.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para este estudo, buscou-se identificar fontes primárias e secundárias que tratam da temática da cooperação internacional, a nível do Ensino Superior, com enfoque no intercâmbio universitário e, portanto, na categoria do intercambista. Das fontes primárias, recorre-se à própria experiência do Programa de Pós-Graduação em Desen-

volvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES –, em Minas Gerais (MG), Brasil. Este programa interdisciplinar, avaliado em 2017 “Conceito 4” pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – é reconhecido por investir há mais de 15 anos em intercâmbios internacionais, com regular mobilidade de pós-graduandos e docentes. Quanto às fontes secundárias, o trabalho identifica no ensaísmo sociológico de Georg Simmel o conceito de estrangeiro para problematizar a figura do intercambista; ao passo em que contextualiza a discussão buscando apoio nas análises de Larissa Lomnitz, Oskar Negt, Boaventura de Sousa Santos, Vivianne Châtel e outros autores contemporâneos.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É possível localizar redes de cooperação internacional de Ensino Superior no contexto brasileiro? Estão acessíveis dados produzidos acerca da mobilidade científica para fora ou para/e dentro do país? E será que esses acordos manifestam a potencialidade da criação de redes de solidariedade entre nações e instituições?

Não é intuito da presente discussão encontrar respostas fechadas mais do que estimular a reflexão sobre o tema, trazendo dados reais e, essencialmente, problematizar, interpretativamente, o papel simbólico e as percepções dos atores que fazem parte deste movimento internacional.

A internacionalização da Educação tem vindo a ser defendida nas Conferências Mundiais de Educação da UNESCO desde a década de 1990. Contudo, e apesar dos esforços políticos empreendidos, o processo de internacionalização do Ensino Superior tem sido lento. Apesar dos 40.890 estudantes brasileiros deslocados para o estrangeiro, no ano de 2015, e, ainda que o país apresente o quarto maior sistema de educação de ensino superior do mundo, este se coloca em vigésimo segundo lugar em termos de mobilidade estudantil para o exterior, de acordo com dados da UNESCO. No mesmo ano, o número de alunos estrangeiros que se deslocaram ao Brasil para realizar um período dos seus estudos superiores rondava os 19.855, quer em Universidades públicas ou privadas (UNESCO, 2017).

A mais recente experiência de cooperação internacional ao nível do Ensino Superior e aquela

que representou a solidificação e a afirmação das Universidades nacionais em território estrangeiro foi o Programa ‘Ciência sem Fronteiras’, criado em 2011 pelo Governo Federal. Apesar de já concluído, até ao mês de janeiro de 2016, de acordo com informações do site institucional do programa, foram implementadas 92.880 bolsas, das quais cerca de 80% foram atribuídas a estudantes de graduação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Contudo, é possível perceber que, para além dos objectivos explícitos do programa relacionados à inovação tecnológica e científica, à promoção da qualidade do ensino e às trocas de conhecimento intelectual e cultural, a sua relevância ultrapassa esses limites. Ele relaciona-se com o espaço e com o tempo em que se desenvolve, com as redes constituídas entre pessoas e que perpassam qualquer limite que caracteriza um programa institucional. As oportunidades criadas e os frutos do programa, mesmo que a nível individual, são parte constituinte de um todo que é a sociedade e que se encontra na relação entre pares.

A experiência do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), em Minas Gerais (MG), Brasil, é, também, um exemplo de programa de internacionalização, reconhecido por investir há mais de 15 anos em intercâmbios internacionais.

Desde então, esse programa multidisciplinar tem vindo a estabelecer convênios com diversas universidades e centros de estudos, principalmente com a Europa e, mais recentemente, com Universidades da América Latina. Os atuais convênios estão formalizados com a Universidade Nova de Lisboa (Portugal), a Universidade de Kassel (Alemanha), a Universidade de Fribourg (Suíça), a Universidade de Barcelona (Espanha); a Universidade Nacional de Mar del Plata (Argentina) e a Universidade do Uruguai.

Observando a dinâmica do programa, constata-se que a cooperação internacional com programas de ensino superior, essencialmente através do intercâmbio de pós-graduandos e docentes, tem sido de grande importância para o colegiado acadêmico. Tal fenómeno percebe-se pela constituição de grupos de pesquisa compostos por investigadores internos e externos, publicações conjuntas, formação de discentes e docentes, participação em bancas de mestrado e doutorado no exterior, oferta de disciplinas em parceria com

professores estrangeiros, partilha de experiências bem-sucedidas, entre outras.

Para além da parceria com instituições estrangeiras, o PPGDS tem procurado manter relações com universidades e centros de pós-graduação nacionais, tais como o Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Estadual Paulista (UNESP), a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Este programa interdisciplinar, avaliado em 2017 “Conceito 4” pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), apresenta um sólido percurso de internacionalização, com regular mobilidade de pós-graduandos, pesquisadores e docentes. Essa dinâmica evidencia-se pelo acolhimento regular de estudantes de programas de pós-graduação de universidades como a Universidade de Fribourg e Universidade de Kassel e por oportunizar a participação dos seus mestrandos e doutorandos em disciplinas creditadas, na Universidade Nova de Lisboa, ou numa experiência semestral na Universidade de Fribourg. A participação de professores visitantes estrangeiros é também uma prática regular.

O edital de seleção do PPGDS para ingresso no mestrado ou doutorado incluiu, pela primeira vez, para o ano 2017, critérios para a admissão de estudantes estrangeiros, o que representa a relevância da internacionalização para o programa e a capacidade de resposta às exigências que esse desafio acarretará.

Num contexto internacional e de âmbito académico produtor de conhecimento, é construído um campo de oportunidades gerador de ideias criativas e projetos inovadores capazes de responder às necessidades sociais e, igualmente, promover um ambiente de paz e diálogo entre os povos. Será a solidariedade causa ou efeito desse movimento? Percebemos que essa atitude constitui não o meio nem o fim de um sistema que é cíclico e que se enquadra na conhecida premissa “comportamento gera comportamento”. Assente em valores como a ética e a solidariedade, promove-se a integração e a boa convivência entre

diversidades que anima uma mudança nas práticas das relações entre diferentes países.

Apesar da crescente atenção dada à temática nos últimos anos, a existência de dados sobre a mobilidade académica é ainda escassa, quer a nível de dados quantitativos de participação de estudantes, investigadores ou professores, quer de avaliações a programas de mobilidade. Apesar disso, percebe-se que, historicamente, essa mobilidade acontece e redes internacionais de cooperação solidárias vêm-se fortalecendo.

São esses e outros desafios impostos à internacionalização do Ensino Superior, sujeita à lógica neoliberal, que estimulam uma transição de modelo de sociedade alinhado a valores mais humanistas e democráticos. A figura do intercambista é, neste contexto, de extrema importância, ao constituir a ponte de ligação entre as instituições académicas do país de origem e do país de chegada, durante uma experiência que visa contribuir para o seu crescimento pessoal e profissional, através de uma vivência de formação no estrangeiro.

Em programas internacionais de cooperação institucional, o intercambista é aquele estrangeiro – a unidade da proximidade e distância – que materializa, localmente, programas de investigação científica e de ação coletiva que integrem as necessidades e lógicas de intervenção nos territórios. Sua pertença ao grupo faz com que o intercambista esteja ao mesmo tempo próximo e distante, mas numa posição privilegiada que lhe possa propiciar uma visão crítica de mundo e, por isso mesmo, desenvolver a capacidade para compartilhar a produção de seu conhecimento com aqueles que estão estabelecidos e também com os que estão em outro contexto social – o seu lugar de origem.

Por vezes, o intercambista, como representante no território de um convênio entre instituições universitárias distintas, assume o papel de mediador, capaz de agir por meio de avaliações contrárias ao impulso de seus desejos imediatos. Em tese, ele possui reflexão, avaliação e vontade, o que sugere um sentido de responsabilidade pública. É possível considerar que a identidade do intercambista é definida por certas avaliações que são inseparáveis de sua condição de agente público, pautadas no desiderato da ação cooperativa, entre académicos investigadores e seu “público-alvo”. Nesse sentido, a ideia de solidariedade – proposta no protocolo da maioria dos acordos in-

ternacionais que resultam na formação de redes de cooperação – está vinculada, entre os participantes, à condição de relações sociais simétricas de estima entre sujeitos e à possibilidade de desenvolverem a sua auto-realização, pela via da cooperação. Afinal, o intercambista não se representa somente a si, mas também a um coletivo institucional.

Vivianne Châtel (2016, p. 26), proponente do convênio de cooperação Universidade de Fribourg (Suíça)/UNIMONTES, ao defender o regresso da Universidade aos seus fundamentos originais, sustenta que “é a capacidade de se encontrar uma determinada distância crítica que permitirá lutar contra a atual crise econômica e intelectual e contra os desafios do desenvolvimento desenfreado, de lutar contra todas as formas de injustiça social e de inexistência social”. Dessa maneira, acredita-se que é possível refletir sobre o papel crítico que deve ser exercido em todos os setores da sociedade. Todavia, cabe à Universidade, mais do que simplesmente criar condições operacionais, utilizar sua fase atual de internacionalização das Universidades para promoção do desenvolvimento social, apesar da ênfase dos organismos de fomento no produtivismo acadêmico.

*As questões que o desenvolvimento coloca são de tal ordem que nós não podemos, como acadêmicos, escondermos-nos numa espécie de torre de marfim, somente preocupados com temáticas cada uma mais abstrata do que as outras. Nada impede que o investigador se debruce sobre os problemas sociais, de saúde, educativos do meio ambiente etc, do seu tempo. Nada impede que o investigador se debruce sobre os problemas enfrentados pelos povos indígenas, as comunidades tradicionais, os subúrbios transformados em guetos, as aldeias abandonadas, os grupos estigmatizados... (CHÂTEL, 2016, p. 48).*

Dessa forma, a nova fase da cooperação internacional, no âmbito dos programas universitários, exige um esforço acrescido, com o intuito de motivar os agentes responsáveis pela sua recepção e implementação. Notadamente os que se situam “na ponta” de organização e controle. A relação “face-a-face”, simbolizada na figura do intercambista, pode significar o melhor caminho a ser seguido, na gramática moral da vida cotidiana,

para além das condicionalidades institucionais. A ética de nossos dias pode parecer-se fundar no reconhecimento do outro.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No quadro apresentado anteriormente, pensar a cooperação internacional no âmbito do ensino superior exige colocar em discussão os novos problemas e desigualdades sociais gerados pelas crises provocadas pelos sistemas econômicos mundiais, procurando novas formas de interligação entre as pessoas, baseadas cada vez mais nos princípios da solidariedade social e assentes em princípios democráticos. Será a reforma da internacionalização do Ensino Superior um meio para essa globalização alternativa?

Não se trata, como refere Boaventura de Sousa Santos, de questionar a internacionalização. Para o autor, esse movimento era inevitável. Trata-se de discutir o seu papel e a forma como esse instrumento é essencial para o desenvolvimento e aproximação das nações. Esta é uma “prática que nos desumbiga”, “nos torna menos provincianos e menos autocentrados” e abre um campo de trabalho coletivo de infinitas oportunidades assente nos valores “da relação interindividual, da igualdade, do plurilinguismo e da multiculturalidade” (SANTOS; FILHO, 2012, p. 154).

As redes de cooperação internacional, no seu sentido mais pleno, compreendem a mobilização de forças sociais da esfera pública (estatais e não-estatais) para colocá-las ao serviço dos que mais necessitam e em campos que se manifestam potenciais para o processo de desenvolvimento. No campo da Educação, a internacionalização do ensino superior é elemento de um aceso debate, tanto devido aos meios que mobiliza quanto aos resultados que pode gerar. Importa, contudo, perceber que, no contexto do intercâmbio universitário, mais do que uma via de ‘construção de paz’ e ‘boas relações’ entre os países, expressões hoje remetidas maioritariamente às relações comerciais e não de cooperação, falar de movimento de pessoas e trocas relacionais guia-nos a um campo de redescoberta de sentidos e significados.

A mobilidade científica no contexto de internacionalização do Ensino Superior é, em 2018, o rosto positivo da globalização, que move, não apenas espacialmente, mas sobretudo interiormente, vontades humanas que constituem forças de mudança para o processo civilizador.

Embora seja a partir de programas universitários de internacionalização do Ensino Superior e a motivação seja, de princípio, a formação profissional, a realidade é que se dá um processo de construção de uma cultura interdisciplinar de práticas de solidariedade, um processo instintivo e natural que surge desse 'ser pessoa' construído na relação com um outro. É esse movimento que dá um novo sentido à ideia de globalização. Ao contrário de uma tentativa de homogeneização, o processo de globalização ressignifica-se numa construção democrática, cultural, não segregacional e de aceitação da diversidade, através da ferramenta do diálogo.

Por isso, falar de uma cultura universitária cada vez mais internacional, fundada sob princípios como a reciprocidade, a solidariedade e a valorização da cultura, é falar de conhecimento construído coletivamente. Daí o aparato institucional ser o ponto de partida e nunca o fim de relações que se criam num tempo e espaço específicos, mas que se estendem pelo desejo de enriquecimento pessoal, pelo desejo de partilha, de 'estar em contato' e, acima de tudo, pela crença no conhecimento. Como vimos, os movimentos constantes de alguns grupos dentro do próprio Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES, na procura por novas experiências no exterior, para melhoria da qualidade interna do programa, é claro exemplo disso.

A figura do intercambista constitui, assim, a prova viva de um conjunto de estímulos à partilha entre agentes individuais que, fora do seu espaço social, cultural, político, se abre a novas formas de olhar o mundo, numa crença de co-construção da sociedade comum, num quadro que ultrapassa o formal e o institucional.

Pretendemos, acima de tudo, que esta discussão permita suscitar um maior debate sobre o tema em causa e ser o ponto de partida para um estudo de caso que analise o fenómeno do intercâmbio e formas de cooperação com trocas de saberes e experiências académicas, por exemplo, através da narrativa de casos e experiências de intercâmbio.

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. **Competência e sensibilidade solidária**: educar para a esperança. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CASTRO, Alda Araújo; NETO, Antônio Cabral. **O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina**. Revista Lusófona de Educação. 2012. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3082>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

CHÂTEL, Vivianne. O papel da Universidade para um desenvolvimento mais justo, mais igualitário, mais ético e mais responsável. In: BALSÀ, Casimiro; CARDOSO, A. Dimas; ROGRIGUES, Luciene; SOULET, Marc-Henry. (Orgs.). **A Universidade e Modos de Produção do Conhecimento**. Ribeirão, V. N. Farnalício: Edições Humus; Lisboa: Cics.Nova/Edições; Montes Claros-MG: Editora Unimontes, dez. 2016.

LOMNITZ, Larissa Adler. **Redes Sociais: cultura e poder**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. Ministério da Educação. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Programa Ciência sem Fronteiras**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

NEGT, Oskar. Espaço público e experiência. In: PALLAMIN, Vera (Org.). **Cidade e cultura: esfera pública e transformação**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p.17-26.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SANTOS, Fernando Seabra; FILHO, Naomar de Almeida. **A Quarta Missão da Universidade: Internacionalização Universitária na Sociedade do Conhecimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: MCT, 2001.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: SIMMEL, Georg. (Org.). **Fidelidade e Gratidão e Outros Textos**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2004.

UNESCO. **Conferência Mundial Sobre Educação Superior**. Paris: Unesco, 1998. Disponível em:

<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

UNESCO. Institute for Statistics (UIS.Stat). **Estu-  
dantes de Ensino Superior do Brasil no exterior  
e de estrangeiros no Brasil (1999-2016)**. Dis-  
ponível em: <<http://data.uis.unesco.org/Index.aspx?queryid=172#>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

UNESCO. Paris, 2009. **Conferência Mundial So-  
bre Educação Superior**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192)>. Acesso em: 7 jan. 2019.

Recebido em 19 de outubro de 2018

Aceito em 17 de janeiro de 2019